

**Diário Notícias**

20-09-2017

**Periodicidade:** Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 56361**Temática:** Internacional**Dimensão:** 1377 cm<sup>2</sup>**Imagem:** S/PB**Página (s):** 1/12

# Informação sobre suspeitos da Lava-Jato não chegou ao SEF

**Vistos gold.** Brasília omitiu às autoridades nacionais que os investidores brasileiros estavam a ser investigados por corrupção. Algumas destas autorizações de residência já caducaram ou foram canceladas em consequência de condenação judicial. **PÁG. 12**

**Chinês procurado por fraude em 2014**

» Há três anos, um cidadão chinês de cerca de 40 anos a viver em Portugal ao abrigo dos vistos *gold* foi detido, depois de se descobrir que estava na lista de procurados da Interpol, por apropriação ilícita de 12 milhões de yuan. Conseguiu visto porque o seu nome ainda não estava na lista quando o processo de autorização de residência decorreu, justificaram então as autoridades. Indiciado e condenado a dez anos de prisão no espaço de um mês, Xiaodong Wan tinha um mandado de captura na China e chegou a ser detido em Cascais, em março de 2014, foi investigado pelo DCIAP e solto em junho, quando Portugal recusou o pedido de extradição.



Questionado sobre se tinham tido conhecimento desta condenação logo em 2016 e que medidas tinham tomado, nem o SEF nem o MAI respondem. O DN apurou, no entanto, junto a fonte policial envolvida no processo, que em alguns casos dos envolvidos no Lava-Jato, a renovação não foi pedida e os vistos estarão já caducados.

**A auditoria da IGAI**

Por coincidência os vistos *gold* foram concedidos a estes empresários num ano bastante agitado para o SEF. No final de 2014 (novembro) o diretor desta polícia foi detido por suspeita de ter sido corrompido e facilitar a concessão de ARI. O caso está agora em julgamento e tem também como arguido o ex-ministro da Administração Interna, Miguel Macedo. Na sequência desta investigação, a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) realizou uma auditoria aos procedimentos e a todos os vistos *gold* concedidos até aí.

Apesar de ter detetado alguma desorganização, não encontrou nenhum ARI que tivesse sido concedido irregularmente. Recordar-se que foi também nesse ano que foi detido em Portugal um cidadão chinês, que tinha obtido um visto *gold*, que era procurado pela polícia do seu país. Na altura, o SEF justificou a situação pelo facto de o mandado de captura internacional só ter sido introduzido no sistema da Interpol depois do processo de ARI concluído. O SEF chegou a reclamar que a PJ, que gere a base de dados Interpol, lhe desse acesso direto a este sistema, para tornar a consulta mais célere, mas até hoje não conseguiu essa permissão.

A alegada utilização dos vistos *gold* para esquemas de branqueamento de capitais e corrupção tem sido alvo de denúncia da eurodeputada socialista Ana Gomes. Esta terça-feira a Comissão Europeia anunciou que vai analisar todos os regimes de concessão de nacionalidades através de promoção de investimento, como os vistos *gold*, em vigor nos Estados membros. Em maio passado, Ana Gomes tinha enviado uma carta à comissão para a Justiça, Vera Jourová, dando conta do relatório da IGAI sobre o regime português dos "vistos dourados" a propósito das negociações sobre a revisão da diretiva antibrancamento de capitais e financiamento de terrorismo.

A eurodeputada introduziu uma emenda na diretiva que obriga as autoridades nacionais a verificar a idoneidade dos candidatos, assim como a origem dos fundos. A emenda, segundo a porta-voz de Ana Gomes, "que consta do mandato do Parlamento Europeu para as negociações não foi aceite, até ao momento, pelo Conselho de Estados Membros".

# Informação sobre suspeitos da Lava-Jato não chegou ao SEF

**Segurança.** A IGAI fez uma auditoria à concessão dos vistos *gold* e não detetou nenhuma irregularidade. SEF garante que faz escrutínio

VALENTINA MARCELINO

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) não recebeu informação sobre os suspeitos que estavam a ser investigados no caso de corrupção no Brasil, Lava-Jato, que impedisse a concessão ou renovação dos vistos *gold*. As autorizações de residência para investimento (ARI) foram concedidas em 2014, ano que a investigação arrancou no Brasil, tendo um dos empresários em causa sido condenado em 2016.

Nem o SEF nem o Ministério da Administração Interna quiseram responder sobre as medidas tomadas em relação ao caso, esta segunda-feira noticiado pelo *Expresso* e pelo *The Guardian*, da concessão de vistos *gold* a brasileiros envolvidos em alegada corrupção – no caso Octavio Azevedo, Pedro Novis

e Sérgio Lins de Andrade –, bem como a alguns familiares de um alto responsável do governo angolano, alvo de investigação em Portugal.

O SEF garante que todos os candidatos a visto *gold* são alvo de escrutínio de segurança, a nível nacional e internacional e refuta que este controlo tivesse falhado com os empresários envolvidos no caso de corrupção Lava-Jato. "Estes casos não escapam ao controlo do SEF. O SEF segue com rigor todos os procedimentos de segurança legalmente previstos tanto na primeira emissão como na renovação. Nos casos de factos praticados e conhecidos em momento posterior à concessão, é justificada a não renovação de título de residência ou o seu cancelamento, que pode ser acionado, se necessário, a qualquer momento", assinala fonte oficial deste serviço de segurança.

À semelhança de todos os requerimentos também estes foram "objeto de análise seguindo o processo de verificação, por via de avaliação de registos criminais e consulta a todas as respetivas bases de dados nacionais e internacionais, bem como troca de informação no âmbito da cooperação policial sobre todos os pedidos. Sempre que considerado adequado há a possibilidade de acionar consultas por via dos oficiais de ligação, tanto os estrangeiros colocados em território nacional como os nacionais destacados no estrangeiro".

Ou seja, tendo sido cumpridos integralmente todos estes procedimentos, ninguém informou o SEF sobre a investigação que decorria sobre os empresários, nem, aparentemente, sobre a condenação já em 2016 que seria fundamento para a não renovação do visto.



Octavio Azevedo foi condenado por corrupção



Pedro Novis, está acusado de crimes de corrupção



Sérgio Lins de Andrade está implicado no caso Lava-Jato